

OPINIÃO PÚBLICA

Conhecimento completo

"De entre os seres humanos, apenas conhecemos completamente a existência daqueles a quem amamos"
(Simone Adolphine Weil, escritora, mística e filósofa francesa)

Foro privilegiado: Barroso e Marco Aurélio repugnam ato de Toffoli



Luiz Flávio Gomes
Especial para
OPINIÃO PÚBLICA

Deputados, senadores e ministros de Estado, dentre outras autoridades, só podem ser processados criminalmente no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso se chama foro privilegiado, que é algo absolutamente inconcebível num Estado republicano onde todos são iguais perante a lei.

Há duas iniciativas contra esse absurdo chamado foro privilegiado. Um projeto de autoria do senador Alvaro Dias já aprovado no Senado (por 75 votos a zero) e que agora tramita na Câmara dos Deputados e uma questão de ordem na Ação Penal 937, que está em andamento no STF.

O primeiro extingue o foro privilegiado para todo mundo (nesse "todo mundo" incluem-se cerca de 45 mil autoridades), ressalvando-se o presidente e vice-presidente da República e presidentes da Câmara, do Senado e do STF. A segunda iniciativa restringe o foro privilegiado somente para os crimes cometidos durante a função e em razão dela.

Na questão de ordem referida, depois de oito votos no sentido de restringir o foro privilegiado aos crimes cometidos durante e em razão do cargo ocupado (relator foi o ministro Barroso), o ministro Toffoli pediu vista do processo, ou seja, retirou-o da pauta. Como o prazo regimental (duas sessões) já se transcorreu, o pedido de vista se transformou em "perdido de vista".

De forma inusitada, Barroso reagiu contra esse tipo de abuso que consiste numa obstrução individual da decisão colegiada e, mesmo sem a conclusão final do julgamento, já está mandando seus inquéritos e processos para a primeira instância.

Um inquérito aberto contra o deputado Beto Mansur, por exemplo, acaba de ser enviado para a Justiça Federal de Santos, onde o crime de sonegação fiscal (cometido

antes das funções parlamentares) teria ocorrido. Barroso não esperou o término do julgamento, porque já existem oito votos no sentido da restrição do foro privilegiado.

Adotando postura semelhante, o ministro Marco Aurélio, por meio do Estadão, deu 30 dias de prazo para Toffoli devolver o processo. Se não o fizer, da mesma maneira, vai mandar todos os seus inquéritos e processos para o primeiro grau, salvo os crimes cometidos durante e em razão da função.

A atitude inovadora de Barroso e Marco Aurélio, embora sem expressa previsão legal, é moralizadora e muito acertada. Quando uma maioria no julgamento colegiado já foi formada, é um absurdo que a vontade de um único ministro, abusiva (porque já fora do prazo regimental), possa obstruir a vontade majoritária da Corte.

A preservação no Supremo dos inquéritos e processos que não são da sua competência só estimula a vergonhosa impunidade daqueles que gozam de foro privilegiado no nosso País. A busca da certeza do castigo (da eficácia da lei para todos) justifica o ato rebelde dos ministros insurgentes, que já não são o juiz natural do caso.

A Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, interpôs recurso contra a decisão de Barroso, entendendo que os processos devem "continuar tramitando no STF" até a conclusão final do julgamento. Isso significa apadrinhar a imoralidade e a ilegalidade do pedido de vista (quando o processo não é devolvido no prazo regimental) e, ademais, acobertar um ato ilícito, porque essa demora gera com frequência a prescrição do delito.

A segurança jurídica corre risco não quando se enfrenta um abuso incontestado, e sim, quando se incrementa a impunidade dos donos corruptos do poder, que é uma realidade gritante no caso do STF. A sociedade brasileira já não tolera esse tipo de tratamento privilegiado para a "aristocracia" delincente.

(Luiz Flávio Gomes, jurista. Criador do movimento Quero Um Brasil Ético. Estou no F/luizflaviogomesoficial)



Empresas precisam colocar em prática o conceito de sustentabilidade



Thaís Hiramoto
Especial para
OPINIÃO PÚBLICA

Com as consequências do aquecimento global cada vez mais presentes em nosso dia a dia, as questões climáticas deixaram de estar relacionadas apenas ao meio ambiente e passaram a ser um grande desafio no âmbito da política e da economia mundial - além, é claro, de envolver toda a sociedade. Atentos a isso e em busca de manter o aumento da temperatura média mundial abaixo de 2°C, quase 200 países assinaram, em dezembro de 2015, o Acordo de Paris.

Entre os signatários, está o Brasil, sétimo maior emissor de gases de efeito estufa (GE-Es) do planeta, que tem a meta de reduzir em 37% as suas emissões até 2025. De acordo com o levantamento "Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)", realizado pelo Observatório do Clima (OC), o setor de Uso da Terra e da Floresta - representado, sobretudo, pelas queimadas e pelo desmatamento de biomas como a Amazônia e o Cerrado - emite 51% dos GE-Es em nosso país.

Agora, fica o questionamento: como as empresas podem contribuir para reverter esse cenário? A resposta é uma só: é fundamental que coloquem em prática o conceito de sustentabilidade. Ou seja, de forma transversal, elas precisam tornar essa questão uma rotina nos negócios; engajar os colaboradores, clientes e fornecedores; alinhar todos os processos internos, desde a matéria-prima, passando pela produção e o transporte, até o descarte - para que o impacto seja o menor possível; investir em tecnologia e capacitação; e, por fim, incluir no planejamento a mensuração de resultados sociais e ambientais.

Além dessas atitudes internas, é importante também que a iniciativa privada estabeleça parcerias com ONGs e institutos, que possam agregar diferentes expertises. Outra medida interessante é buscar certificações de entidades competentes, capazes de atestar de forma confiável os impactos das políticas e ações ligadas à sustentabilidade e muito úteis como ferramentas de gestão, já que podem sistematizar os processos organizacionais.

Todos esses aspectos podem ser aplicados em empresas de qualquer área de atuação. Agora, vou entrar no mérito da indústria alimentícia, uma vez que o atual modelo de produção de alimentos usualmente praticado no Brasil também traz consequências negativas à biodiversidade e ao clima. Além do desmatamento, dito como necessário para o crescimento do setor, os insumos agrícolas aplicados de maneira inadequada prejudicam os ecossistemas, a saúde humana e comprometem o recurso hídrico muitas vezes já escasso.

Para combater essa realidade, as companhias da indústria de alimentos precisam incentivar os sistemas produtivos mais eficientes e orgânicos, utilizar integralmente determinados frutos, desde a polpa até as sementes (as quais geram ingredientes riquíssimos em sabor e nutrientes), incentivar o empreendedorismo de comunidades que produzem no campo e fomentar os sistemas que utilizem os produtos da floresta em pé ou até promovam o reflorestamento. Dessa maneira, é possível gerar riqueza em vários sentidos e conectar as necessidades globais à demanda dos consumidores.

(Thaís Hiramoto, especialista em sustentabilidade da Concepta Ingredients, Unidade de Negócio do Grupo Sabará que se dedica ao desenvolvimento de soluções naturais e tecnológicas, com foco nas indústrias de alimentos, bebidas, nutrição animal e farmacêutica veterinária)



Nailton Oliveira
Especial para
OPINIÃO PÚBLICA

Com quase 60 anos de vida pública, Iris Rezende dispensa apresentações. Duas vezes governador do Estado de Goiás, quatro vezes eleito prefeito da Capital, vereador, deputado estadual, senador, ministro da agricultura e da Justiça, Iris há muito escreveu seu nome nos anais da história e se consolidou como o maior líder político de Goiás.

O homem das mil casas em um único dia, aquele que escreveu a palavra mutirão nos dicionários do mundo inteiro, é conhecido e reconhecido como o grande tocador de obras. Quando assumiu o governo, em 1982, Goiás e Tocantins eram um só estado e as demandas eram igualmente dobradas. Iris deu cara a esse estado. De Itumbiara a Tocantinópolis, lá no Bico do Papagaio, em todos os cantos há a marca do prefeito Iris.

Ao assumir a prefeitura de Goiânia pela quarta vez, Iris Rezende encontrou um cenário de terra arrasada, de descontrolado absoluto das contas públicas e um déficit financeiro que assustava por sua magnitude e imediatismo. Fosse outro,

talvez não conseguisse manter a máquina funcionando. Dívidas imediatas que somavam mais de R\$ 600 milhões, folha da saúde em aberto e um caixa estourado em mais de R\$ 360 milhões eram o cartão de boas vindas ao novo gestor.

Não obstante, o prefeito focou no trabalho e, com responsabilidade e habilidade, manteve a prestação dos serviços públicos e foi além: retomou as obras do BRT, paralisadas havia sete meses por falta do pagamento da contrapartida da Prefeitura. Entendendo a importância dessa obra para Goiânia, com grande esforço, Iris Rezende pagou essa contrapartida, no total de mais de R\$ 6 milhões, para que a obra continuasse e os transtornos causados à população, decorrentes da sua execução, fossem mitigados com o cumprimento do cronograma estabelecido.

De surpresa, no entanto, órgãos de controle Federal, como TCU e CGU, alegando incompatibilidade de preços unitários apontados na planilha apresentada pelo consórcio vencedor da licitação, optaram por recomendar à Caixa Econômica Federal que suspendesse os repasses dos recursos, até que esses aponta-

mentos fossem efetivamente sanados, o que causou a paralisação dos trabalhos já em junho de 2017.

Inconformado, já que a Prefeitura estava absolutamente adimplente com suas obrigações, Iris Rezende foi à luta. Acompanhei de perto todas as ações envidadas pelo prefeito e sua equipe durante todo esse período de paralisação para a imediata retomada das obras do BRT. Em menos de um mês após a paralisação, Iris Rezende se reuniu duas vezes com os representantes da Caixa com o intuito de encontrar uma saída para a continuidade dos repasses e a concomitante retomada das obras.

Em setembro do ano passado, o prefeito se reuniu pessoalmente com o presidente da Caixa, Gilberto Ochi, e o cobrou rapidez na solução do imbróglio. Em privado, Iris confidenciava que não podia aceitar que problemas meramente burocráticos impusessem aos goianienses tantos transtornos e frustrações, além de privá-los de uma obra de tamanho vulto e que muito contribuiria com a mobilidade na Capital.

Incansável, Iris buscou alternativas e moveu todo seu corpo de auxiliares para que encontrassem uma



solução que restabelecesse, o mais rápido possível, as obras do BRT. Por duas vezes, o prefeito encontrou-se com o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e solicitou-o que atuasse para devolver o BRT à Capital. "Goiânia não tem mais tempo, a população não agüenta mais", bradou o prefeito em várias dessas reuniões.

Finalmente, após oito meses de paralisação, todo esforço e ações desenvolvidas pelo prefeito Iris Rezende surtiram efeito. Na tarde do último dia 28 de fevereiro, um acordo selado entre a Prefeitura de Goiânia e

Incansável, Iris destrava o BRT

o Consórcio BRT-Goiânia, mediado pelo Ministério Público Federal, tendo como interveniente anuente a Caixa Econômica Federal, colocou fim ao impasse e os goianienses poderão comemorar, nos próximos dias, a retomada das obras do BRT.

O espírito tocador de obras, a empatia com o povo e sua determinação para ver terminadas as obras que inicia levou Iris Rezende a não descansar um só minuto até que a solução para a retomada do BRT fosse encontrada. Com todas as dificuldades financeiras da Prefeitura de Goiânia, Iris age como Iris e coloca as máquinas nas ruas para que o ronco das mesmas ecoe em forma de benefícios à toda população goianiense.

Independente da cor partidária, é necessário reconhecermos o empenho do prefeito Iris Rezende para destravar o BRT e sua determinação em concluir esse corredor que vai beneficiar diretamente cerca de 120 mil moradores de Goiânia. Mobilidade é coisa séria e como tal está sendo tratada pelo prefeito de Goiânia.

(Nailton Oliveira, diretor administrativo da Comurg e ex-prefeito de Bom Jardim de Goiás)